

O MOVIMENTO SOCIAL DO BAIRRO DO GUAMÁ, O TUCUNDUBA E SUA VIZINHANÇA ACADÊMICA: UM DEBATE SOBRE IDENTIDADES NO FSM DE BELÉM

Rodrigo Peixoto
Museu Paraense Emílio Goeldi

Edivania Alves
Programa de Apoio à Reforma Urbana/UFPA

INTRODUÇÃO

No Fórum Social Mundial de Belém o Coletivo de Movimentos Sociais Resistência Guamazônica debateu a identidade do Guamá. Bairro extenso e populoso, o Guamá é formado por muitos territórios distintos. No Guamá encontra-se o campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), que foi território do Fórum Social Mundial (FSM). A principal rua do bairro, agora rebatizada com nome de Barão, com mais propriedade chamava-se antes estrada do Tucunduba. A Barão de Igarapé Miri tem um ativo comércio de produtos populares e a única pracinha do bairro, onde artistas do hip-hop se apresentam. Seguindo-a chega-se ao Tucunduba. Pelo Guamá passa o Igarapé Tucunduba, conformando um território muito pobre, uma favela que escancara a imensa desigualdade social desta capital nortista. Favela no padrão regional é baixada, área sujeita a inundações, intensamente ocupada, sem saneamento básico e com muita violência.

Na baixada do Guamá falta infraestrutura e sobra violência, assim como ocorre no vizinho e enlameado bairro da Terra Firme, nome irônico para uma baixada. Por lá também passa o Tucunduba. Guamá e Terra Firme têm a mesma identidade de problemas, por isso o Resistência Guamazônica propõe uma aliança entre os dois bairros. Tanto num como noutro o desemprego é generalizado. Nas áreas mais pobres, a mesma tipologia de casas de madeira cobertas com telhas de amianto, sem água corrente e com o esgoto correndo aberto nas gretas dos caminhos. Para enfrentar a violência nos dois bairros, uma iniciativa intitulada Caravana da Paz reuniu evangélicos e católicos em inusitada ação ecumênica. Além de prosélitos, parece que agora as igrejas procuram também uma identidade mais cidadã. Fazem caminhadas, falam em injustiça social, relacionam a violência à falta de urbanização e talvez isso signifique uma novidade no campo que articula fé e política.

Os moradores das baixadas são a maioria migrantes de origem rural e ribeirinha. Cabos dos que querem “transformar - se em um *outro* de si mesmo, um outro sempre desejado, ambicionado, mas que não faz desaparecer por completo suas identificações anteriores”, conforme define a antropóloga Carmem Rodrigues (2008, p. 284). Os migrantes mantêm na capital certas tradições do interior paraense, mostrando que aqui a divisão entre o rural e o urbano não é assim tão rígida: relações sociais baseadas em laços de parentesco e

compadrio, o uso de plantas medicinais, a prática da pesca e, quando têm espaço, hortas caseiras e criação de animais. No Tucunduba, associações e entidades populares adotam nomes de lideranças rurais que tombaram na violenta luta pela terra no Pará. A Sebastião Mearim é uma das mais atuantes. Essas tradições e essa organização política são a base sobre a qual se debateu no FSM a possibilidade de se “recuperar um a potencialidade econômica”¹ e de organizar nesses territórios experiências de economia popular.

Os moradores do Tucunduba têm fama de briguentos. Construíram suas casas sobre terreno de pessoas e instituições que se intitulavam donos, inclusive a UFPA, e enfrentaram grandes conflitos. As ocupações, também chamadas invasões, contribuíram para produzir o espaço urbano de Belém, como também para desencadear movimentos sociais e envolvimento políticos dos mais diversos tipos. Essas lutas por moradia foram a razão de ser da Comissão de Bairros de Belém (CBB) e do Movimento pela Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba (MOTUAT), que estão na origem do atual Coletivo Resistência Guamazônica. Nessa história, religiosos ligados à Teologia da Libertação têm papel relevante, e no Guamá muito se deve ao empenho de uma freira de nome Madalena. Formado para debater o bairro do Guamá no FSM e para continuar depois, o Resistência Guamazônica quer dar coesão ao movimento social.

Algumas lideranças do Coletivo são professores de história da rede pública. Nasceram, viveram infância e adolescência no bairro e narram sua história com a experiência de quem já digeriu esperanças e promessas frustradas. A chamada indústria das invasões foi, nos anos de 1980 e 1990, instrumento de muitas campanhas políticas que contribuíram para eleger inclusive governadores de estado. Ontem como hoje, quando o Tucunduba volta a ser objeto de políticas públicas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o problema da cooptação de lideranças, e o inverso disso, a autonomia dos movimentos sociais, foi tema de debate pelo Resistência Guamazônica no FSM. Muitos militantes dos movimentos são hoje agentes da Comissão de Fiscalização (COFIS), instituída pelo governo para acompanhar o projeto do PAC. Nessa posição, correm o risco de perder independência e capacidade crítica. Resistir com autonomia contra identidades impostas de fora é preciso, esse é um dos sentidos do Resistência Guamazônica. Assim, nesse contexto de relações com o Estado, com políticos e com a sociedade em geral, a identidade do movimento se constrói.²

Depois da ocupação vem a luta do dia a dia. De posse dos lotes ocupados, os moradores constroem cisternas e fossas assépticas em áreas que foram aterradas com lixo e assim consomem água contaminada, conforme mostram os laudos do Instituto Evandro Chagas, que desenvolve na Terra Firme parceria com o Museu Goeldi. Análises científicas apenas revelam o problema sem alterar a realidade da falta d'água. Os bairros já lançaram seus Gritos, na forma de intensas mobilizações sociais para demandar saúde, educação, saneamento, segurança e água. Com os Gritos, os movimentos sociais almejam mudar a cara do Guamá e da Terra Firme. Não querem a identidade imposta de excludidos; querem água tratada nas torneiras, e as autoridades não

mandam. No FSM, quando passava a comitiva de algum presidente latino-americano em carros de vidro escuro, um jornalista³ conta que um morador da Terra Firme, pensando que o passante fosse o Presidente Lula, gritou: “cadê a água, Presidente?” E então, um outro mundo é possível?

O Guamá e a Terra Firme estão cercados pelo chamado cinturão institucional, formado por instituições públicas, localizadas em avenida chamada Perimetral da Ciência. Entre elas, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), o Museu Emílio Goeldi (MPEG) e a própria UFPA, que de dentro de seus muros contemplam a gritante pobreza vizinha. Nessas cidadelas do saber, há reações contrárias à luta pela moradia que ocupa o patrimônio da Universidade: “os invasores não conseguem perceber que a universidade é um dos lugares que mais se preocupa em pensar soluções para a sociedade de forma igualitária, para atender as demandas desses setores menos favorecidos”. O problema é que a vizinhança acadêmica do Guamá e da Terra Firme pensa, faz discursos, mas ouve pouco, e a realidade dos bairros continua sempre a mesma. Essa é uma identidade que precisa mudar.

DE CIMA PRA BAIXO

Desde sempre maltratados, os bairros Guamá e Terra Firme, vizinhos aos territórios do FSM, foram alvo de rápida maquiagem, cujo objetivo foi dissimular o abandono naquilo que era mais aparente: mato crescido e muito lixo acumulado na avenida Perimetral. Essa ação pública de limpeza deu-se apenas nessa avenida principal, por onde todos os visitantes tinham necessariamente que passar. Não obstante, das janelas dos ônibus, eles puderam ter uma ideia das condições de vida nesses bairros: casas de madeira cobertas com telhas de amianto intercaladas com construções em alvenaria, estas com muitas grades, cadeados e correntes. Um valão, esgoto a céu aberto, segue acompanhando a extensa avenida, que é também, na outra margem, o endereço de universidades e centros de pesquisa. Estendendo o olhar para dentro das ruas que descem da avenida Perimetral o visitante podia ver muita lama e também o predomínio dessa tipologia de casas que caracteriza uma favela muito pobre. Ali é a baixada da Terra Firme, onde, para a polícia, mas também para os moradores, mora o perigo.

Além dessa limpeza feita para os visitantes não se espantarem com a sujeira com que os nativos convivem todo dia, outro tipo de intervenção pública *ad hoc* intensificou uma rotina do Guamá e da Terra Firme. Uma repressão discriminatória visou principalmente jovens de cor escura, esse tipo comum da periferia que usa boné, sandálias e bicicleta. Aparência que equivale a uma etiqueta de bandido⁴. A repressão calou toda expressão dos bairros. Para prevenir eventos de violência que pudessem macular a gestão do FSM, foram fechadas as arenas de futebol, praticamente os únicos espaços de lazer da juventude, além dos bares. Estes, supostamente onde a criminalidade se reúne, também foram impedidos de funcionar além das dez da noite. As ruas,

normalmente cheias, se tornaram vazias com o toque de recolher. Festas, estas que usam aparelhagem para tocar o tecnobrega, também foram proibidas. A ordem era evitar a concentração de populares. O aparato foi de operação de guerra. Veio a Força Nacional de Brasília em jipões com pintura de camuflagem se juntar à Rotam estadual também toda ela reequipada⁵. Preparada para intimidar, a polícia realizou abordagens truculentas, algumas letais, segundo denúncia da Ouvidoria de Segurança Pública no Pará⁶.

Abordagens mais respeitosas, dentro dos critérios de uma segurança cidadã, em que o policial procura se relacionar com a comunidade, seriam mais compatíveis com o espírito de que um outro mundo é possível. Mas a sociedade bem de vida confunde pobre com bandido, dá o tom da repressão e apoia o estilo tolerância zero. A chamada imprensa marrom dá expressão a essa visão de mundo e busca tão somente a vendagem, estampando fotografias e manchetes apologéticas à eficácia letal da polícia. Tudo se resume à dura repressão. Contra esse pensamento único e para melhorar a comunicação entre os pobres, em um verdadeiro esforço civilizatório, o Resistência Guamazônica está propondo reativar a rádio comunitária. E enquanto enfrenta a difícil burocracia para pôr de novo no ar a rádio comunitária Guamá FM, fechada em 2005 por agentes da Polícia Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)⁷, o coletivo de movimentos sociais está se mobilizando para adquirir uma bicicleta-som. Esse esforço para construir alternativas ao jornalismo de mercado visa aumentar a consciência de direitos da população, inclusive no que diz respeito ao problema da violência e da segurança pública.

O debate sobre segurança pública no Guamá considera a necessidade de uma abordagem mais ampla e articulada, inclusive permitindo espaços de convivência e sociabilidade. Na Terra Firme e no Guamá, à exceção de uma nesga de terreno na travessa Barão, não existem praças para uma população de 150.000 habitantes se encontrar como lugar democrático. No entanto, o lugar comum da administração pública são projetos em padrão elitizado no estilo *waterfront*, que busca conformar na orla da cidade lugares de consumo e lazer, como marcos de uma pretensa identidade cultural e ambiental que serve à disputa por turistas convencionais. Enquanto isso os moradores dos bairros não têm acesso ao próprio rio Guamá, que banha as universidades (além da UFPA também a UFRA) do outro lado da Perimetral.

Para a elite que gosta de chamar trapiche de *piér*, o projeto urbanístico da vez é o chamado Portal da Amazônia⁸, que segue a mesma lógica de tornar nobres as margens fluviais de Belém, o que supõe a desqualificação dos atuais ocupantes e sua remoção, para as “burguesias dominantes [...] passarem a consumir o litoral, a beira da água, como espaço privilegiado das amenidades, do ócio e do lazer” (PONTE, 2007). Para implantar o projeto a prefeitura pretende eliminar os portos e feiras do Açaí e da Palha, na outra avenida que circunscreve o Guamá, a Estrada Nova, que servem “como praças de encontro e mediações comerciais e afetivas onde se envia cartas para o interior ou recebem -se parentes dali procedentes” (Movimento Orla Livre, Ata 01/2006).⁹ Para este urbanismo excludente, o lugar da convivência social das classes populares é a periferia sempre mais distante.

Nessa cidade elitista a podridão literalmente desce dos bairros nobres para as baixadas, dando sentido rigoroso à “asserção de que os pobres são as principais vítimas da degradação ambiental” (ACSERALD, 2001, p. 34). Esse fato ocorre porque “há uma clara duplicidade de atuação do poder público competente na área de saneamento” (RODRIGUES, 1996, p. 253). O bairro de Nazaré e outros bairros nobres são servidos com um sistema municipal de esgotos sanitários cujo escoamento vai se dar em córregos sem qualquer tratamento, que por sua vez deságuam nos igarapés da cidade, dentre eles, o Tucunduba. Outras partes da cidade não contam com qualquer sistema de esgotos sanitários e é comum a utilização de esgotos pluviais para o escoamento dos dejetos, o que provoca

[...] problemas ambientais desastrosos, tanto pelo péssimo odor que provoca nas áreas de utilização pública, mas particularmente às populações de baixa renda que vivem nas favelas das baixadas, e que acabam por receber, através do sistema de drenagem da cidade, em seus espaços-ambientes de viver a podridão sanitária expelidas pelas classes de alta renda que vivem nas áreas centrais e verticalizadas do intra-urbano (ibidem, p. 254).

Evidentemente o uso dessa água podre produz consequências. A certa altura do seu artigo intitulado *Memórias da Cólera no Pará (1855 e 1991): tragédias se repetem?* a antropóloga Jane Beltrão pergunta: “Quem adoeceu?”

Os acometidos pela epidemia no século XX não possuíam condições de vida muito diferentes dos coléricos do século XIX. Os de 1855 moravam na Campina, bairro onde se concentravam as gentes “de cores” da Belém de outrora; os doentes de 1991-1992 moravam em áreas periféricas sujeitas a alagamentos, localizadas na orla da cidade, banhada pelo rio Guamá, ou em área de baixada, abaixo do nível do mar. Se antes a Campina era o foco, no século XX foram os moradores dos bairros de Jurunas, Condor, Guamá e Terra Firme que acorreram ao HUIBB (BELTRÃO, 2007).

Desde sempre o Guamá e a Terra Firme são tomados como lugar para a descarga de rejeitos. O Guamá está marginalmente colado à dinâmica da cidade desde fins do século XIX como sede de leprosário e cemitérios. A cidade se livrava também dos seus alienados mentais e mendigos enviando-os para essa periferia e, em 1959, instalou-se no bairro um hospital para doenças infecciosas, o Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUIBB). Padre Savino, antigo morador do bairro, conta que, para aterrar suas ruas e caminhos sempre lamacentos, o forno da cremação mandava jogar caminhões de detritos triturados e queimados provocando cheiros insuportáveis. Ora, não é que o

padre Savino e outros observadores da cena dessa periferia tenham algo contra mendigos e doentes, e muito menos teriam seus moradores mais humildes, também segregados, de seus casebres do Tucunduba vendo o mundo de um ângulo parecido, mas os historiadores do bairro não querem a continuação dessa história de exclusão e abandono. Negam que o Guamá seja um “depósito de lixo social” (RAMOS, 2002)¹⁰ e, querem, como dizia Walter Benjamin (1994, p. 231), fazer “saltar pelos ares o *continuum* da história”.

Contudo, a despeito dos movimentos sociais, continua a se impor de cima pra baixo essa história de exclusão. Justamente agora, por ocasião do FSM, também não se lançou um olhar menos indiferente a essas baixadas. Não se preparou formas de participação dos moradores do Guamá e Terra Firme e eles continuaram de fora dos muros das universidades. Sem ser convidados, compareceram aos portões para vender garrafinhas de água, coxinhas de galinha, casquinhas de caranguejo ou qualquer outra coisa a preços inflacionados para os turistas, aproveitando assim a oportunidade de faturar algum dinheiro para aliviar a crise permanente do desemprego. Dadas as circunstâncias, essa foi a única forma de interação possível. Os moradores da vizinhança não podiam pagar o preço das credenciais para entrar nos territórios do Fórum. Os visitantes tampouco puderam andar pelos estigmatizados guetos das vizinhanças.

Num intervalo da chuva, o Resistência Guamazônica apresentou para uma plateia não muito numerosa, feita principalmente de moradores com credenciais adquiridas com o dinheiro de bingos e rifas, o carimbó, o boi e o hip-hop, cujas apresentações despertaram vivo entusiasmo. Isso deu um tempero mais agradável às discussões políticas, que foram ricas e fundamentais para, como diria Benjamin, “levar em consideração os sofrimentos acumulados e dar uma nova face às esperanças frustradas” (GAGNEBIN, 1994, p. 7). O coletivo de movimentos sociais que é o Resistência Guamazônica, fez do FSM um momento de fundação de um tempo novo no Guamá, de resistência como sempre, mas também de mudanças.

Já o tradicional encontro de povos e cultura, que tem caracterizado as várias edições do FSM, aqui em Belém aconteceu mesmo foi com a atividade dos vendedores ambulantes em frente aos portões das universidades. Certamente haverá encontros melhores.

O COLETIVO DE MOVIMENTOS SOCIAIS QUE É O RESISTÊNCIA GUAMAZÔNICA, FES ANTES E DEPOIS DO FSM

O FSM passou e nos bairros continua a falta d'água, os alagamentos, os postos de saúde sem médicos, os ônibus superlotados e o lixo voltou a acumular. Os cartazes e *outdoors* que desejavam boas vindas aos visitantes foram retirados e a vida voltou ao normal. Não se pode dizer que essa experiência transnacional talhada para intercâmbios culturais tenha produzido uma troca verdadeira entre a população e os visitantes, e que tenha deixado algum saldo positivo para as periferias vizinhas ao território do Fórum. Assim como essas periferias não foram constituintes do FSM, continuam não sendo

verdadeiramente constituintes da cidade. São vistas como uma disfunção, espaços a serem funcionalizados assim que novas vias de trânsito os valorizem para a especulação imobiliária. E então seus moradores serão removidos para uma periferia mais distante. Como resistir à lógica segregacionista da forma urbana, cuja prática é a “expulsão dos elementos populares” (LEFEBVRE, 1999)?¹¹

Que fazer? Ir contra a corrente até não poder resistir? Promover, como propunha o professor Carlos Vainer, a “guerra da orla” para conter a transformação de toda beira do rio em espaço de consumo de amenidades e recepção turística? Usar a ironia do poeta Drummond que perguntava que fazer: “Ensinar-lhes paciência, conformidade, renúncia? Deixar tudo como está para ver como é que fica?”¹² Seguir o protesto do RAP Gospel do Guamá?¹³: “Pensar, pensar em que? Parece que virou um pesadelo! Salário mínimo pra água e pra energia. Pra se viver nesse inferno, é preciso ter Deus como guia!” Dar outros Gritos por água que os ouvidos surdos das autoridades não ouvirão? “Água, água, água, vamos à luta”, gritava uma moradora ainda em 1985, em vídeo produzido pelo Centro de Estudos e Práticas de Educação Popular (CEPEPO), uma das expressões do Coletivo Resistência Guamazônica.

ÁGUA, ÁGUA, ÁGUA!

Com o fundo musical da famosa marchinha “Lata d’água na cabeça”, cujo compositor, aliás Candeias Junior, nasceu em Belém, um vídeo com o título “O Grito do Guamá”, produzido em 1985 pelo CEPEPO, uma das entidades que compõem o Coletivo Resistência Guamazônica, é todo construído em torno do crônico problema da falta d’água no bairro do Guamá. A bem dizer a falta d’água é problema em todos os bairros periféricos de Belém, como Canudos, Jurunas, Condor e a própria Terra Firme. De lá pra cá, nestes mais de 20 anos, passaram vários governos e suas promessas e o problema continua presente. O vídeo é atualíssimo. Nele fala um morador, militante da CBB:

O que vemos hoje é a situação de sempre. Em 1980 fomos a primeira vez a Cosanpa pedir água. A tubulação foi colocada, mas o mais importante que é a água não veio. Em 1985 a Cosanpa disse que ia por uma comissão técnica para estudar o problema, mas até agora nada foi resolvido. Depois fomos à Prefeitura, que disse que a decisão é da Cosanpa, e nada. E até hoje a situação continua a mesma.

É difícil retratar a situação em palavras. O vídeo é muito enfático. A água da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) chega com pouca pressão e não sobe até a altura das torneiras das casas. Chega apenas em um cano um metro abaixo do chão, em um buraco de onde as Marias do Tucunduba a colhem em baldes, bacias e latas. Ela vem suja, imunda. “Essa

água é contaminada, dá dor de barriga, diarreia. Aqui todo mundo adoce de problema de barriga”, dizia a uma mulher que morava a dois quilômetros desse ponto de água e tinha que fazer doze viagens diárias com a lata d’água na cabeça: “o governo só cuida da Batista Campos, da avenida Nazaré, benefício pros barão eles fazem, enquanto nós aqui ficamos pra trás porque eles acham que nós não somos viventes. Mas nós somos viventes, somos matéria igual eles.” Outra que esperava na fila a sua vez fazia a crítica que mais caracteriza o processo democrático nessas periferias: “só aparece autoridade aqui pra pedir voto, termina as eleições vão embora de uma vez”.

Água é um dos eixos de luta do atual Coletivo de Movimentos Sociais Resistência Guamazônica, que reúne entidades como a Sebastião Mearim, José Piau e União Faz a Força, que já naqueles anos de 1980 pelejavam essa luta sem fim. A luta do Guamá é antiga, remonta aos tempos de resistência ao autoritarismo do regime militar e tem raízes na mesma Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) que hoje se empenha em reuniões semanais sobre a questão das rádios comunitárias. A SPDDH foi fundada em 1977, na igreja de Santa Terezinha, no bairro do Jurunas, que se parece com o Tucunduba no que seus moradores têm tanto a identidade de cidadãos urbanos como a de migrantes ribeirinhos. Com a diferença que no Jurunas, pela antiguidade da ocupação, se vê uma “pobreza estabilizada” (RODRIGUES, 2008), enquanto a pobreza no Tucunduba é desamparada como a menina pequena de dez anos que o vídeo mostra tentando se levantar equilibrando uma lata na cabeça e uma chaleira na mão. “Uma água podre que não serve pra cozinhar”.

No princípio era a Igreja

Um patrimônio do Resistência Guamazônica é o trabalho de Madalena Westerveld, da congregação Irmãs Missionárias Médicas, hoje retornada à Holanda. “Ela era a locomotiva do trem”, segundo Raimundo Oliveira. Muitos dos espaços físicos de que o movimento dispõe no Guamá – como a Casa Açai, a Associação de Pais Moanará, o Espaço Cultural Nossa Biblioteca e a própria casa onde a freira habitava e que continua servindo ao movimento - foram conseguidos mediante projetos encaminhados com a ajuda da irmã Madalena a entidades como a Fundação Terra dos Homens. O próprio CEPEPO, que, desde 1980, vem construindo um acervo de vídeos pedagógicos que hoje se tornou referência em Belém, iniciou-se com ela, a irmã Tereza Evers da mesma congregação e outros educadores populares atuantes em Belém. Além da concretude desse trabalho, a irmã Madalena deixou um grande legado cultural e organizativo, conforme mostram os vários álbuns de fotografias e arquivo de documentos que registram a história do movimento social do Guamá desde seus princípios¹⁴.

Junto com a Irmã Madalena, estão na raiz do movimento popular no Guamá outros nomes como o do sociólogo Genival Carvalho e o do padre Savino, ambos ligados à Teologia da Libertação. Genival conta que

mais ou menos aí por 1978, quando nós começamos nessa região aqui, ainda não existia o Riacho Doce, não existia o Pantanal. Ainda não existia nada disso. Isso aqui ainda não era muito habitado. Era por sinal muito bonito [...] tinha área disponível, dava para pessoa pescar, dava para pessoa até tomar banho no Tucunduba. A água era limpa. [...] Então é nessa data que começa a ocupação do Tucunduba. Essa senhora que se chama Maria de Nazaré e mora na José Chaves foi uma das primeiras moradoras a chegar nessa região. Ela estava me contando que eram três pessoas que tinha na margem do Tucunduba. [...] Então nós tivemos um fluxo muito grande de pessoas que vieram de áreas interioranas, do outro lado do rio, aqui próximo, como o Acará. [...] Eu dizia pra eles: olha, vai alagar tudo quando a água do igarapé subir. Mas eles não tinham pra onde ir, onde morar, e ali eles criavam filho, criavam porco, galinha, criavam tudo. A enchente não era problema pra eles porque eles já eram ribeirinhos.

Naqueles anos era a igreja que se representava como serviço, lutava contra as injustiças e apoiava outras instituições, como a SPDDH e a CBB, que em plena ditadura militar defendiam posseiros urbanos contra despejos violentos e incentivava a criação de centros comunitários.

O sociólogo continua o seu relato:

[...] Então, em 1980, nós fizemos um levantamento aqui no bairro do Guamá. Nós tínhamos 2.500 crianças sem escola. Esse levantamento foi feito pela Comissão dos Bairros de Belém. [...] Eu fui coordenador da Comissão dos Bairros de Belém. [...] Fui também conselheiro da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, e o grupo da SDDH vinha aqui com o Jornal Resistência cobrir muitas lutas dos moradores daqui. Vinham em reuniões daqui, participar, discutir pautas com eles. A SDDH teve um papel muito grande na criação da CBB. Quem chama a assembléia para discutir a necessidade da criação de uma associação que congregasse o centro comunitário da periferia foi a SDDH, lá na igreja da Aparecida.

Genival ajudou a organizar o Fórum Mundial de Teologia e Libertação (FMLT)¹⁵ que aconteceu uma semana antes do FSM. Segundo ele, naquela época, “a paróquia Maria Goretti representava aqui um segmento mais popular, de solidariedade com o povo sofrido. A Maria Goretti se torna referência a partir da chegada do padre Savino no Guamá”. O próprio padre Savino Mombelli, hoje com 80 anos, coordenando uma Organização Não-

Governamental (ONG) de nome PROVIDA numa periferia de Belém, narra sua história de mais de quatro décadas na Amazônia (1966/2007) em um texto que ele produziu em forma de entrevista, em que responde a perguntas que remetem ao seu papel de religioso ligado a causas populares no período da ditadura militar. Ele, que costumava finalizar suas missas não com o tradicional “ide em paz”, mas com um significativo “ide em guerra, ide mudar o mundo e torná-lo um pouco melhor”, em pergunta sobre “aventuras que teve em relação à polícia”, diz:

No final de 1982 ... quinze famílias atendiam a hora de serem despejadas de suas casas ... A ordem de despejo tinha sido publicada pelos jornais e, no dia marcado, a polícia chegou jogando nas ruas os pertences daqueles desesperados pobres: móveis mofados, roupas e trapos lacerados, baldes amassados, talheres enferrujados com crianças e mulheres chorando. Na hora fui chamado no lugar ... me coloquei na porta daquela que era mais próxima a receber o despejo de coisas e pessoas. A polícia me abordou dando a entender que queria cumprir uma ordem do alto. Mas eu me antecipei dizendo: "Podem entrar sim nesta casa, mas só passando por cima de mim". ... e cada família voltou a morar no próprio lugar. Poucos dias depois ... a paróquia festejou a vitória na praça ... e se inaugurou uma oitava comunidade eclesial de base ... Alguns meses depois ... o arcebispo erigiu a paróquia de Santa Maria Goretti.

Muito do que o movimento é hoje no bairro do Guamá tem a ver com a prática de militantes leigos e religiosos ligados à doutrina da igreja conhecida como progressista. Bases físicas, sentido organizativo e terminologias estabelecem vínculos que mesmo se já não tanto evidentes, não deixam de ser fundamentais. Esses vínculos estabelecem pontes entre o contexto urbano de luta pela moradia e a luta pela terra que agitava o campo paraense nos anos de 1980. Os Gritos do Guamá e da Terra Firme acompanhavam então os Gritos pela Terra, cujos atos públicos mais notórios aconteciam em pleno centro de Belém, na Praça da República. Urbano e rural estão aqui próximos um do outro. Os militantes urbanos que nomeiam suas entidades em homenagem a Sebastião Mearim, Raimundo Ferreira Lima (o Gringo) e José Piau estão se referindo a mártires na luta pela terra. Segundo Genival,

quando o Gringo foi assassinado, em 1980 - essa população ainda conheceu o Gringo, que veio a Belém na luta contra o latifúndio, numa reunião no Maria Goretti, para dizer que no campo precisavam da solidariedade do povo da cidade - o pessoal do Tucunduba assou frango para vender em leilão, para dar de contribuição. O Gringo foi daqui pro Rio de Janeiro e São Paulo com Dom Evaristo Soares. No retorno dele

nós demos a ele a coleta e eu fui com ele até na rodoviária. Foi nessa viagem que ele foi assassinado.

O movimento social de hoje no Guamá herda a luta desses tempos heroicos de enfrentamentos com a polícia, muita insistência e resistência: “pra tu teres uma noção, pra água entrar nessa região, nós fomos mais de 100 vezes na Cosanpa. Tivemos que enfrentar polícia, que veio pra prender as lideranças. O Guamá sempre foi uma área de resistência” (Genival).

E então vieram a CBB e o MOTUAT: Titulação e urbanização. Fora especulação!

Com essas palavras de ordem, já se vão exatos trinta anos desde a fundação daquela que foi a mais expressiva organização do movimento social urbano em toda a região metropolitana de Belém. Refere-se à CBB, a famosa Comissão dos Bairros de Belém. Sua fama advém de uma trajetória marcada pelas lutas em torno do direito dos empobrecidos à cidade, à cidadania, com ênfase ao direito à moradia. Fundada em 21 de janeiro de 1979, essa Comissão lançou uma campanha pela moradia que não daria tréguas e nem descanso àqueles que se colocavam na condição de donos do poder. De lá para cá foram passeatas, abaixo-assinados, assembleias de moradores, mobilizações de massa, ocupações de lotes urbanos, manifestações, entrevistas, documentos reivindicatórios e principalmente muita disposição para lutar e resistir contra especuladores, escritórios e empresas imobiliárias, cartórios e o Estado. Este, representado pelos poderes públicos nas três esferas, o principal agente dessa ordem, quando faz vista grossa ou apóia diretamente esses interesses, utilizando-se de mecanismos jurídicos e legais.

Na esteira desse caudaloso processo de organização das associações de moradores, centros comunitários, clubes de mães, grupos culturais (bois, quadrilhas juninas, teatro) e esportivos (times de bairros), constituiu-se, em 1987, o MOTUAT, abrangendo vinte e cinco entidades comunitárias localizadas nos bairros do Guamá, Terra Firme, Canudos, Jabatiteua e parte do Marco, com vistas a representar os posseiros junto à UFPA e aos poderes públicos, que se diziam proprietários das terras¹⁶. Funcionando na sede do Centro Comunitário Bom Jesus na Terra Firme, o MOTUAT encampou lutas históricas pelo direito de morar (ALVES, 2008).

“A Terra Firme é um bairro do tamanho de seus problemas”, era a manchete de um jornal que, em junho de 1993,¹⁷ reportava o movimento, batizado “Grito da Terra Firme,” que teve duas edições e um grande impacto social na cidade, a ponto de atrair os holofotes da mídia e provocar a tentativa de alguns políticos oportunistas de se dizerem “pais da criança”. Esse Movimento conseguiu um amplo envolvimento da comunidade numa reivindicação por transporte, educação, saúde, saneamento e principalmente abastecimento de água. Regininha, líder comunitária e uma das organizadoras dos Gritos, afirma que eles se destinavam a “acordar, sacudir os moradores,

mostrar sua força e organização, pra chamar a atenção da prefeitura, do estado, dos vereadores e deputados”. Em vídeo, produzido pela coordenação local da CBB, pelas entidades do bairro e pelo CEPEPO, Ana Regina Silva protesta: “Aqui tem cidadãos e que essa cidade seja governada para quem não tem, pra os pequenos que são a maioria da população deste município”.

Nos Gritos a Terra Firme cresceu e ganhou o tamanho de uma luta que incluía o Tucunduba. O movimento buscava combinar os anseios de seus moradores com a necessidade de preservação do igarapé. Discutia-se como garantir seus costumes usos: tomar banho, servir de via de transporte de pessoas e mercadorias, pescar, caminhar ao longo, contemplar a paisagem. A apropriação do Tucunduba como um lugar pleno de usos e sentidos inspirou a Prefeitura Municipal de Belém, nas gestões 1997-2000 e 2001-2004, a elaborar, planejar e executar em conjunto com os moradores de sua bacia um projeto de urbanização sócio-ambiental, priorizando a participação e a decisão popular nos rumos da obra. Esta se daria em três etapas, começando pelas comunidades do Riacho Doce e Pantanal no Guamá, bem em frente à UFPA, sendo que apenas essa primeira foi concluída. O Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal (PDL) marcou uma experiência de conquista para os movimentos populares e é hoje parte da história dos bairros do Guamá e da Terra Firme.

Hoje é o Guamá se articulando em Rede

O Guamá em rede é um projeto com foco tanto na violência contra a criança e o adolescente como no ambiente social que a produz. O projeto é financiado pela Associação Brasileira Terra dos Homens, que agora conta com um escritório em Belém. Participam dele o Moanará, o Espaço Cultural Nossa Biblioteca, o CEPEPO e a Associação Sebastião Mearim, que de certa maneira já desenvolviam trabalhos nessa área e agora vão integrar esforços. Além de ser um projeto no sentido estrito, o Guamá em rede é a disposição do movimento social do bairro de se abrir em articulações, conforme explica Eliana Hazeu.

Movimento local, o nome Guamazônica remete a uma articulação de escalas geográficas, porque é Guamá e é também Amazônia. E sendo o Guamá um bairro tão extenso e populoso, existem muitos pedaços distintos dentro do próprio bairro, lugares com os quais os moradores se identificam de modo especial. Algumas das cerca de dez entidades que compõem esse coletivo de movimentos sociais, correspondem a espaços territoriais específicos. Cada um desses com sua própria trama de relações sociais, problemas e alguns com projetos próprios, como a Casa de Cultura, localizada na rua Napoleão Laureano, no Tucunduba, cujo projeto bem diz: “estamos criando um espaço de cultura que poderá contribuir para a diminuição das desigualdades econômicas e sociais na área onde moramos”. Assim, as causas que movem o Resistência Guamazônica vão desde questões muito localizadas até lutas que dizem respeito a todo o bairro, como é o caso da água, que na realidade é um problema de todas as áreas periféricas da cidade. No clima do FSM, essa conjugação de escalas territoriais apareceu de maneira clara na identificação do coletivo como

um movimento de bairro que participava de um projeto maior: “Um outro Guamá é possível! Um outro mundo é possível!”.

Quem participa das organizações populares de caráter local tem em conta principalmente os problemas que vivencia ali onde mora e/ou trabalha e esse foco no lugar é que dá sentido à idéia de territorialidade. E, por sua vez, as organizações populares de base territorial se legitimam pelo que fazem nas suas próprias territorialidades. A ideia de territorialidade ganha mais sentido quando a apropriação do lugar onde se vive passa a significar uma atitude, quando se faz um uso político dessa ideia. Ou seja, para os feirantes da Associação de Feirantes da Mundurucus, que também integra o Coletivo, o reconhecimento formal da feira naquele lugar onde ela está, e não em outro para onde a prefeitura a quer remover, pode significar uma conquista que afasta a possibilidade de expropriação desse espaço de trabalho, que está sempre sob a ameaça de ser roubado para dar espaço aos carros. Por isso, muitas vezes, território é identidade ao mesmo tempo em que é também institucionalização, reconhecimento formal que se conquistou na relação política com os poderes que estabelecem as normas de usos do espaço público¹⁸. Nesse caso, a luta é para conformar a norma ao uso popular, para que os usuários não sejam afastados do seu lugar, que sem eles perderia sua identidade, transformando-se num não-lugar, um espaço vazio de significado¹⁹.

Afirmar territorialidades pode ser um recurso para recriar os relacionamentos no bairro, assim como uma estratégia política nas relações com o poder. Pois, como afirma Haesbaert (2007, p. 89), “toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade”, assim como “todo processo de identificação social é também uma relação política, alicerçada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação”. Se o território é um eficaz construtor de identidade e diz respeito não apenas ao ter, mas muito mais ao ser (idem, p. 73), a conversão simbólica das distintas áreas do bairro em territórios pode efetivar acréscimos de dignidade aos seus moradores mais humildes que, em virtude da carência, não usufruem da identidade de cidadãos. Ao delimitar territorialmente as carências da passagem Boa Esperança, que, situada já na Terra Firme, margeia o Tucunduba, seu centro comunitário pode conseguir comunicar melhor uma rotina de alagamentos e pobreza generalizada. É como diz Agier (2001): “quanto mais nos diferenciamos, mais nos identificamos aos outros”. A visibilidade para uso, tanto interno como externo, desses espaços diferenciados dentro dos bairros pode ser conseguida por meio de mapeamento. Os mapas “construídos na relação e a partir das comunidades”²⁰ pelo projeto Nova Cartografia Social da Amazônia recuperam memórias, revelam conflitos, produzem identidade e visibilidade.

Produzir um mapa do bairro do Guamá, assinalando nele os lugares, as entidades, os usos atuais e potenciais do espaço, passou a ser uma proposta do Resistência Guamazônica. Mais interessante ainda é a proposta de construí-lo com a participação dos estudantes das escolas públicas, que no processo poderão conhecer melhor o bairro. O mapa representa, portanto, um importante instrumento de comunicação popular, que é uma das prioridades do movimento; um passo na direção da tomada de consciência pelo estudante e

morador de que os problemas se apresentam na sua rua ou escola, mas não se reduzem ali. Os problemas se articulam no cenário maior da “Guamazônia”, essa escala imaginária, porque território é também invenção. Uma consciência territorial evoluída pode vir desse passo político, de situar a própria vizinhança no contexto da baixada do Tucunduba, localizada no bairro do Guamá, na chamada metrópole da Amazônia, uma região periférica no mundo. Essa articulação de escalas impede uma visão fragmentada dos problemas e predisõe para ações coletivas em dimensões maiores.

A comunicação popular, seja ela feita pela rádio comunitária, pela cartografia social ou pela bicicleta-som (na verdade um triciclo que levará também uma microbiblioteca), serve para criar consciência. Contextualizar os problemas do bairro no espaço metropolitano pode levar o morador do Tucunduba à compreensão de que, na cidade, a exclusão é a norma:

Se as baixadas se constituem, em grande parte, como espaços “sem cidadãos,” as novas ocupações “espontâneas”, por exemplo, surgidas em vetores recentes da expansão metropolitana, são espaços verdadeiramente vazios de cidadania, uma vez que, além das questões infra-estruturais, que se assemelham bastante às baixadas centralmente localizadas, possuem o agravante da distância em relação ao centro metropolitano e aos serviços e equipamentos que este oferece, principalmente por ser alvo principal de alocação dos recursos e dos investimentos públicos (TRINDADE JR, 1998).

O contexto de exclusão atinge o Guamá, assim como a Terra Firme, o bairro vizinho de Canudos, o Jurunas, o Condor e toda essa periferia que existe apenas em caráter precário. O Coletivo de Movimentos Sociais Resistência Guamazônica é local, mas pretende articular o Guamá em rede. Entre os problemas da entidade do bairro de Canudos, que adota o sugestivo nome “União Faz a Força”, estão a regularização fundiária, a drenagem e a pavimentação. Ali não teve efeito a “Guerra da Poeira”, movimento dos anos oitenta que levou o poder público a asfaltar algumas passagens (contudo, sem cuidar do saneamento). A Associação José Piau, da passagem Modelo, é localizada em área vermelha, perigosa, e o Coletivo pergunta o que podem fazer juntos a Caravana da Paz, o Segurança Cidadã, o hip-hop e o Guamá em Rede para enfrentar as múltiplas causas da violência? Os problemas locais se sobrepõem. Agora vai ter eleição na entidade “Povo na Luta”, na Francisco Monteiro, e o movimento lá se dividiu. Como diz Antonio Vito, “racha no movimento só beneficia quem tá nos subjugando”. “O Coletivo foi criado para unir e ampliar as lutas das comunidades”, fala Luis, que mora na passagem Caraparu, nome de um afluente do Tucunduba.

A VIZINHANÇA ACADÊMICA

Não seria inteiramente justo dizer que a extensão universitária com o vizinho Tucunduba é apenas pontual e esporádica. Pontes têm sido criadas pelo Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) da UFPA. Já em 1992, o PARU²¹ moveu um programa para apoiar as comunidades do Riacho Doce e Pantanal, visando a capacitar lideranças para “uma intervenção mais qualificada no processo de planejamento urbano”. Desenvolvia-se então, nessas áreas, o Plano de Desenvolvimento Local da Prefeitura Municipal de Belém, que contava nos seus quadros com docentes da UFPA. Atualmente ações de extensão têm partido também de outros setores da Universidade, como os projetos “Riacho Doce: Esporte Educacional, uma proposta de cidadania na UFPA”, “Riacho Doce: uma proposta acadêmico-social estrategicamente responsável”, desenvolvidos pela Faculdade de Educação Física e pelo Instituto de Educação, e o projeto “DANÇA: Integração, Desenvolvimento e Cidadania no Projeto Riacho Doce”, também da Faculdade de Educação Física. Contudo, essas ações têm estabelecido vínculos mais orgânicos com a comunidade apenas entre alguns poucos docentes, que buscam contextualizar suas pesquisas naquele pedaço mais visível do Tucunduba²². O *ethos* universitário não é produzir conhecimento em estreita relação com suas possibilidades de aplicação, e não há uma disposição para inverter a lógica da sociedade como “objecto das interpelações da ciência para ser ela própria sujeita de interpelações à ciência” (SANTOS, 2005, p. 42).

Cabe considerar neste momento que o interesse pelo Riacho Doce e Pantanal tem a ver com a proximidade destes dois territórios, localizados na foz do Tucunduba, defronte aos portões da Universidade (enquanto o “alto” Tucunduba se mantém invisível), mas deriva também daquele PDL²³ desenvolvido pelo poder municipal de Belém quando este experimentou um governo popular. Ou seja, em 2000, os gritos do Tucunduba foram finalmente ouvidos pela prefeitura, que operou nas ocupações Riacho Doce e Pantanal obras físicas e também projetos sócio-ambientais, reconhecendo e mobilizando representações populares locais. A experiência suscitou o interesse de pesquisadores, que passaram a coletar ali informações para dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso. Contudo, esse conhecimento, construído mediante entrevistas com moradores locais, pouco tem retornado na forma de interações posteriores dos pesquisadores com a população.

Essa é uma das motivações do programa de relacionamento entre as academias e a população do Tucunduba que - estamos chamando o “Projeto Igarapé: uma troca solidária de saberes,” - discutido pelo Resistência Guamazônica em mesa de diálogo do FSM. Seguindo o argumento de Boaventura de Sousa Santos, para quem as academias podem oferecer resistência à globalização neoliberal, assim como representar um instrumento para uma globalização alternativa, o Projeto Igarapé atende a um chamado²⁴:

A resistência tem de envolver a promoção de alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização

que apontem para a democratização do bem público universitário, ou seja, para o contributo específico da universidade na definição e solução colectivas dos problemas sociais, nacionais e globais” (2005, p. 62).

Associando o conhecimento acadêmico à experiência da população, o Projeto Igarapé quer envolver a vizinhança acadêmica do Tucunduba em ações relacionadas à economia solidária e à comunicação popular. Para esse esforço, o instrumento que pesquisadores e lideranças comunitárias estão considerando útil é um mapeamento capaz de dar visibilidade a outros territórios situados ao longo do Tucunduba, além do Riacho Doce e Pantanal. Nisso, uma referência a ser seguida é a do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. O objetivo é construir uma relação que permita apoios solidários, a pesquisa engajada, a circulação do conhecimento e então uma identidade não apática às academias.

CONCLUSÃO

O Coletivo Resistência Guamazônica surgiu para discutir o Guamá no FSM evocando raízes. O Coletivo quer continuar a história de lutas do bairro. Seus militantes nasceram ali, alguns em condições bem humildes. “Minha mãe foi doméstica, meu pai braçal”, é o que conta Raimundo. Eles cursaram o Igarapé Tucunduba e suas passagens e falam do bairro com o afeto de quem pertence a um cotidiano de escassez desde criança, que não tinha garantidas as refeições do dia. Na família estruturada de dona Maria de Nazaré, da passagem Chaves, tinha dia que o almoço dos oito filhos era só cabeça de peixe que o marido trazia do emprego numa firma de pesca. Já na família de um que o pai gostava de beber, “menos ruim era ficar na rua do que na casa sem comida”. Da sua turma de infância alguns já morreram e alguns estão presos. O muro de pedra do antigo leprosário virou parede na casa da família remediada de outro militante, que redama não existir no bairro uma menção sequer dessa história, como se as autoridades quisessem esquecer. Alguns cursaram universidade e viraram historiadores. Eles não querem esquecer o passado do bairro, antes querem discutir essa história para enfrentar o presente, e propõem fundar um tempo de agora, levando em consideração os sofrimentos acumulados (GAGNEBIN, 1994, p. 7).

No FSM os historiadores do bairro narraram a história do Guamá em tom crítico, falando de uma identidade imposta de cima pra baixo, como se o Guamá fosse para as elites um lugar de despejo do lixo social. Desembocaram numa avaliação também crítica da situação atual do bairro, “carente de tudo, menos da vontade de mudar essa história”. Nesse contexto de carências que continuam apesar das mobilizações populares chamadas Gritos, para enfatizar o desgosto de não ter o básico para uma vida digna, as lideranças do movimento dizem que a identidade do bairro é uma identidade de problemas, uma identidade na necessidade. Na necessidade os moradores mais humildes do

Guamá resistem desde sempre. Desde quando cabodos ribeirinhos vieram para a cidade e na beira do Tucunduba estão bem longe de ser cidadãos.

Nada contra emprestar a esses cabodos citadinos “uma identidade e cultura de resistência, posto que são sobreviventes de um processo aniquilador, mas que não os destruiu por inteiro” (RODRIGUES, 2008, p. 293). Contudo, essa identidade não os distingue de outros migrantes de origem rural que em qualquer metrópole comem o pão que o diabo amassou. Assim, o cabodo resistente é como o sertanejo forte do samba-enredo que supera a miséria sem fim. Carregando latas d’água na cabeça, a existência das Marias do Tucunduba é igualmente desprovida como a vida de todas as Marias que carregam água nas favelas do mundo. Triste identidade comum de pessoas pobres. Ainda que o Tucunduba, por sua dimensão simbólica e ambiental de rio urbano, seja um desses lugares peculiares produtores de identidade, um espaço da cidade que funciona como fonte de identidade (ibidem, p. 63), isso não é suficiente para conferir a quem habita suas margens uma identidade diversa de quem se encontra suspenso numa palafita na Vila da Barca, para mencionar uma outra peculiar favela de Belém. O que pode ativar uma identidade distinta ao cabodo paraense morador de favelas são as suas relações na comunidade e daí com a cidade e seus poderes.

Tanto melhor se nas suas relações com os poderes esse morador reafirmasse sua fama de briguento, investindo-se da identidade do cabodo cabano, para continuar evocando raízes, esfarrapado, mas ativo, como aparece na aquarela²⁵ que se encontra no palácio sede do poder municipal, assombrando prefeitos. Que instrumentos equivalentes pode ter hoje o morador da baixada para assumir uma identidade combativa como a do cabano que segura na mão uma arma? É combater ou ser aniquilado.

Essa é uma imagem diferente daquilo que faz o morador comum do Tucunduba, inclusive quando nomeia e dá identidade a seus lugares. Riacho Doce e Pantanal são os nomes das ocupações realizadas em 1990, quando as duas novelas estavam fazendo sucesso. A televisão produz cultura popular e uma alternativa de lazer da população, na falta de opções, de uma praça sequer, é tomar o ônibus que leva diretamente ao shopping Pátio Belém, um mundo de mercadorias. Ainda que com rotineiros assaltos, é esse mundo que dá para a maioria referências de pensamento e produz o senso comum. No FSM, a proposta de um outro mundo possível passou ao largo. Nenhum estreitamento de relações entre esses mundos descontraídos foi provido.

Embora na ocasião tenha se discutido a necessidade das academias vizinhas se organizarem para assumir uma nova identidade, para fugir, conforme a crítica que Gramsci (1988, p. 125) faz delas, da condição de “símbolo, ridicularizado frequentemente com razão, da separação existente entre a alta cultura e a vida, entre os intelectuais e o povo”, muito precisa ser feito de prático para romper com essa desassociação. Nesse sentido, contra a “passividade intelectual” (ibidem), iniciou-se um projeto para interagir o mundo acadêmico e o mundo da escola pública, para definir junto com as organizações do bairro ações de interesse da comunidade,²⁶ para construir solidariamente o

conhecimento (SANTOS, 2005) e para contribuir na formação de uma cultura popular transformadora.

Da parte do movimento social, a reativação da rádio comunitária, os serviços de um infocentro, a bicicleta-som e tudo que se está planejando de comunicação popular contribuirão muito para quebrar o torpor. A palavra resistência é plena de significados políticos, mas o momento é de ofensivas. Agier (2001) afirma não existir definição de identidade em si mesma: “os processos identitários não existem fora de contexto, são sempre relativos a algo específico que está em jogo” [...] “A coisa em jogo pode ser, por exemplo, o acesso à terra” ou “ao mercado de trabalho”. Da posição de pesquisadores interessados nas lutas populares, pretende-se incentivar uma disposição volta e meia manifestada nas reuniões semanais da Casa Aquí. Trata-se da politização da questão da água. O movimento está se organizando para acrescentar às negociações pontuais com a Cosanpa uma campanha popular, um novo grande Grito pela água, para coar por ruas, territórios e bairros de Belém. Um Grito capaz de plantar novas relações do movimento com o governo e retumbar enfim nos ouvidos do Estado capitalista.

NOTAS

¹ José Messiano Ramos na sua fala no FSM (30-01-2009).

² Raimundo Oliveira, do Coletivo Resistência Guamazônica, acha que é preciso se relacionar com independência com os governos. Fala que “a tutela que o orçamento participativo exerceu sobre alguns movimentos sociais equivaleu a um golpe de morte para eles. Impulsionou, mas ao mesmo tempo foi estatizando o movimento. Levaram muita gente para a prefeitura. O movimento social foi esvaziado. Houve um momento em que só restou o PT. E depois que a prefeitura acabou, olha o buraco que ficou”.

³ Edson Teles, www.cartamaior.com.br, 31-01-2009.

⁴ O hip-hop do Guamá que o diga: ...“Polícia que não pode ver um de cor/Um negão de cor/Sentado, andando, correndo ou cantando/Querem logo apalpar/Revistar e bagunçar/Com aquele que parece/Que não tem valor” (Blindado e Negro Bira)

⁵ “O governo federal destinou 300 policiais e US\$ 22 milhões (de um orçamento total para o FSM de US\$ 70 milhões) à segurança, enquanto o governo do Estado, do PT, concentrou sete mil policiais em Belém e montou um cordão sanitário em torno dos dois bairros limítrofes para preservar o público presente no FSM da rotina dos 200 atos criminosos diários que ocorrem na cidade. Milhares de moradores foram revistados todos os dias pelas patrulhas, os bares tiveram de fechar às 22 horas e reinou um clima de confinamento” (PINTO, 2009).

⁶ “A ouvidoria está acompanhando 13 homicídios ocorridos nas primeiras seis semanas de 2009 e 90% dos casos apresentam características de execuções sumárias. [...] E é realmente esse extermínio da população negra que é impressionante, esse eixo da cor é taxativo. Você identifica que são essas pessoas que estão mais distantes das políticas públicas de inclusão social. Elas são realmente as maiores vítimas. E são as mulheres que ficam viúvas, que ficam órfãs de filho, que vêm procurar a ouvidoria” (Rocha, In: Brasil de Fato, de 12 a 18 de fevereiro de 2009).

⁷ Conforme Antonio Vito, a Guamá FM funcionou de julho de 2004 a maio de 2005. Com o apoio da Sociedade Paraense dos Direitos Humanos (SDDH), o Resistência Guamazônica está procurando reaver os equipamentos apreendidos e apressar o processo de outorga pelo Ministério das Comunicações, solicitada em 2003 pelo Espaço Cultural Nossa Biblioteca.

⁸ “O Portal da Amazônia pretende recuperar a área ambiental e área social degradada. Nossa maior aspiração é colocar Belém de frente para o rio. São 6.250 km de orla, de área de lazer, onde as pessoas utilizam a área em torno da cidade. Poderemos ter marinas, portos, dando uma levantada no turismo e dando mais opção para o turista que visita a capital” (MOTA, 2007).

⁹ “O Movimento Orla Livre luta pela libertação das bordas d’água do rio Guamá e da baía de Guajará para o usufruto do legítimo dono: a população de Belém” (<http://orlalivre.blogspot.com/2006>) e defende a inversão de prioridades na execução de obras. Ata de reunião realizada pelo movimento em 31 de março de 2006 expressa o ponto de vista do geógrafo Saint-Clair Trindade quanto às prioridades, devendo ser a “ordem preferencial: ribeirinho, cidadão e turista” (idem).

¹⁰ No livro de José Messiano Ramos (2002) sobre a história do Guamá, vem um capítulo com o título “O Guamá nunca foi um „depósito de lixo social”, no qual o autor lembra que apesar do “desemprego, a desnutrição infantil, a violência, a falta de espaços de lazer”, que “ainda existem nos dias atuais”, a história do Guamá “é muito rica em momentos de alegria, festas, conquistas e esperança por dias melhores” (idem: 37- 38). Na linha de que “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1996, p. 223), Messiano reclama a falta de qualquer registro ao “Hospício dos Lázarus do Tucunduba” e propõe organizar um museu do bairro.

¹¹ “Banidos da cidade”, como Rodrigues (1996) os define, e que, segundo Trindade Júnior (1998), “das baixadas ao subúrbio [...] sofrem outras subtrações: das identidades criadas como moradores das baixadas, das representações que fazem de seu espaço e de sua cultura, de sua organização política e também de sua sociabilidade conquistada nas práticas cotidianas de seu espaço vivido”.

¹² [...] “Urbaniza-se? Remove-se? Extingue-se a pau e a fogo? Que fazer com tanta gente brotando do chão, formigas de um formigueiro infinito? Ensinar-lhes paciência, conformidade, renúncia? Cadastrá-los e fichá-los para fins eleitorais? Prometer-lhes a sonhada, mirífica, rósea fortuna distribuição (oh!) de renda? Deixar tudo como está para ver como é que fica? Em seminários, simpósios, comissões, congressos, cúpulas de alta prosopopéia, elaborar a perfeita e divina decisão?” [...] (ANDRADE, 1979).

¹³ Realidade da Vida do JCA (Jesus Cristo em Ação).

¹⁴ No FSM, antes de iniciarem as mesas de diálogo, a jovem documentarista Lídia apresentou um comovente vídeo mostrando alguns conteúdos desses álbuns.

¹⁵ Na semana anterior ao FSM, com o tema “água, terra e ecologia para um outro mundo possível”, realizou-se em Belém o Fórum Mundial Teologia e Libertação (FMTL), que acompanhando o FSM, havia sido realizado em Porto Alegre (2005) e Nairóbi (2007). Segundo Leonardo Boff, o FMTL se coloca para questionar o paradigma civilizatório dominante, por um cristianismo no compromisso com os movimentos sociais, os verdadeiros novos atores, e no combate ao capital produtor de grandes injustiças. Leonardo Boff diz que a Teologia da Libertação nasce do grito da Terra e dos pobres.

¹⁶ Estas terras formam um corredor da av. Primeiro de Dezembro até a av. Augusto Corrêa, passando pela av. Perimetral, e vinham sendo ocupadas mais intensamente desde a década de 1950.

¹⁷ Conforme matéria veiculada no jornal *Diário do Pará*, intitulada “5 mil pessoas no I Grito do bairro da Terra Firme.”, 19/06/1993, Cidades, p. A-11.

¹⁸ “Território é construção social feita sobre identidades. Entretanto estes espaços socialmente construídos precisam do reconhecimento do Estado” (PEIXOTO, 2009, p. 88).

¹⁹ “A vida humana se realiza no plano do lugar”. Por outro lado, o “espaço baseado na não-identidade e no não reconhecimento” [...] “é o que estamos caracterizando como “não-lugar” (CARLOS, 1996, p. 103-104).

²⁰ “O movimento social nos procura e nós desenvolvemos com ele o trabalho”: Rodrigo Lopes, do Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental (IAGUA) em comunicação em encontro do Projeto Igarapé: uma troca solidária de saberes.

²¹ A história do PARU remonta às lutas do MOTUAT que, se não conseguiu garantir a resolução definitiva dos problemas dos moradores da Bacia do Tucunduba, ao menos provocou o envolvimento e a discussão direta destas temáticas pelos setores institucionais, principalmente a Prefeitura, o Governo do Estado e a UFPA. Esta última constituiu comissões, realizou reuniões e elaborou pareceres em resposta às pressões exercidas pelos posseiros. O exemplo mais cabal foi a criação, em abril de 1989, do Conselho da Terra (que não existe mais), então composto por representantes da Universidade, do MOTUAT, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Defensoria Pública. Durante este processo de negociações entre os moradores e a Universidade, um grupo de professores e funcionários da UFPA, que acompanhava a situação, passou a discutir a necessidade de uma iniciativa que aproximasse esta instituição acadêmica da realidade em seu entorno, prestando assessoria técnica aos movimentos populares que defendem o direito à cidade, procurando fortalecê-los em suas reivindicações e interlocuções junto ao Estado. Existindo oficialmente desde 1992, o PARU, ligado à Faculdade de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicada (ICSA), reafirma o compromisso da Universidade com o processo de organização da sociedade civil, por meio do ensino da prática investigativa e interventiva, ancorado na relação orgânica entre ensino, pesquisa e extensão.

²² Entre estes vale ressaltar as importantes contribuições teóricas, metodológicas e sobretudo práticas da professora e assistente social Maria Elvira Rocha de Sá, que com sua sabedoria e crença nas transformações sociais, do alto dos seus nada monótonos setenta anos (conforme entrevista concedida à revista *Questões Amazônicas* produzida especialmente para o FSM de Belém), declara acreditar que “os avanços na conquista e garantia de direitos básicos, ao longo da história dos homens nos diferentes quadrantes da Terra, estão diretamente relacionados à capacidade de luta e resistência à barbárie daquelas frações das classes sociais às quais estes direitos são negados”.

²³ O PDL do Tucunduba incorporou um projeto inovador de gestão de rios urbanos. Preservou a navegabilidade do igarapé que ficaria comprometida se ele fosse revestido em concreto. Melhorou e tornou públicos portos que antes funcionavam como entrepostos privados. Por ali chegam produtos do interior e das ilhas que circundam Belém e saem barcos de pescadores que mantêm na cidade sua tradicional atividade ribeirinha. Deliberações populares caracterizaram essa experiência que associou o planejamento urbano ao controle social. O PDL procurou organizar cooperativas e empreendimentos populares para administrar produções baseadas em relações familiares e assim difundir soluções de economia popular.

²⁴ Esse chamado é também do Fórum Mundial Ciência e Democracia *Science and Democracy World Forum*) que justamente se reuniu pela primeira vez no FSM de Belém, produzindo um texto, endereçado a cientistas, organizações não-governamentais, movimentos sociais e outros interessados, que sintetiza questões e preocupações. Uma dessas questões coloca o papel dos centros produtores de conhecimento científico como um problema de escolha política. Traduzido para o português, diz o seguinte: “o

conhecimento e seus métodos de produção podem resultar tanto na emancipação e avanço dos interesses sociais como na dominação e opressão das sociedades”.

²⁵ Cabano paraense. Aquarela de Alfredo Norfini. Museu de Arte de Belém. 1940.

²⁶ Uma dessas ações diz respeito à proposta de organizar um amplo programa de reciclagem do lixo, com a participação da população e também da rede pública escolar, por meio do programa Escola de Portas Abertas, que recebeu boa acolhida em debate recente. Essa ação mobilizará a vizinhança acadêmica do Guamá e da Terra Firme e criará para essa vizinhança uma identidade menos amorfa.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri (Org.). Sentidos da sustentabilidade urbana: sustentabilidade e risco nas política urbanas. In: _____, *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 27-55.

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 7-33, Oct., 2001.

ALVES, Edivania Santos. Em defesa da regularização fundiária e da reforma urbana: fora especulação!! Lutas e sonhos na bacia do Tucunduba. Belém, Pará (1979-1994). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 19., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. CD-ROM. <Disponível em: www.anpuhsp.org.br>.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Crônica das favelas nacionais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 out. 1979.

BELTRÃO, Jane Felipe. *Memórias da cólera no Pará (1855 e 1991): tragédias se repetem?* Hist. Ciênc. Saúde, Manguinhos v. 14, p. 145-167, dez. 2007. Suplemento. <Disponível em: <http://bases.bireme.br>>.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 232 p. v. 1 (Obras escolhidas).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. 150 p.

GAGNEBIN, Jeanne. Walter Benjamin ou a história aberta: Prefácio. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre Literatura e História da Cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1 (Obras escolhidas).

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6. ed., 1988. 243 p.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da desterritorialização. do fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178 p.
- MOTA, Luiz Otávio. Uma nova cara para Belém. *O Libera!* Belém, 6 jan. 2007. Caderno Balaio Virtual. <Disponível em: www.orm.com.br/balaiovirtual/artigos>. Acesso em: 8 mar. 2009.
- MOVIMENTO ORLA LIVRE, Ata 01/2006. <Disponível em: <http://orlalivre.blogspot.com/2006>>. Acesso em: 8 mar. 2009.
- PINTO, Lúcio Flávio. Fórum Social Mundial: tudo está como era antes *Mercado Ético*. Disponível em: <<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/forum-social-mundial-tudo-esta-como-era-antes>>. Acesso em: 9 mar. 2009.
- PEIXOTO, Rodrigo. Caminhos e descaminhos do desenvolvimento territorial no Pará. In: ROCHA, Gilberto de Miranda, MAGALHÃES, Sonia Barbosa; TEISSERENC, Pierre (Org.). *Territórios de desenvolvimento e ações públicas*. Belém: EDUFPA, 2009.
- PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. Cidade e água: Belém do Pará e estratégias de reapropriação das margens fluviais. *Portal Vitruvius* Arqutextos 085. <Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arqutextos>>. Acesso em: 8 mar. 2009.
- RAMOS, José Messiano Trindade. *Entre dois tempos: um estudo sobre o Bairro do Guamá, a Escola „Frei Daniel“ e seu patrono*. Belém, 2002. 77 p.
- ROCHA, Ali. No Pará, violência policial contra jovens pobres e negros da periferia. *Brasil de Fato* São Paulo, de 12 a 18 fev. 2009, p. 7.
- RODRIGUES, Carmem Izabel. *Vem do Bairro do Jurunas: sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano*. NAEA: Belém, 2008.
- RODRIGUES, Edmilson. *Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio-ambiente em Belém*. Belém: NAEA. 1996. 281 p.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 120 p.
- TELES, Edson. Centro, Terra Firme e os caminhos da esquerda. *Carta Maior*. <Disponível em: www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 9 mar. 2009.
- TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- <www.wiserearth.org/organization>. Acesso em: 11 mar. 2009.
- <www.proex.ufpa.br/arquivos/anais/jornadas>. Acesso em: 12 mar. 2009.